

economia

Governo consegue adiar PEC do Banco Central

A partir da PEC, o Banco Central passaria de autarquia especial para empresa pública de natureza especial

/ CONJUNTURA

O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) conseguiu adiar a votação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) de autonomia financeira do Banco Central, defendida pelo presidente da instituição, Roberto Campos Neto. A partir da PEC, o Banco Central passaria de autarquia especial para empresa pública de natureza especial, o que daria maior poder sobre o próprio orçamento, como ocorre no BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

A proposta estava na pauta de ontem da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado, mas a votação foi adiada diante da negociação aberta pelo Ministério da Fazenda e da incerteza - dos dois lados - sobre o placar. Pouco antes da sessão, nesta quarta, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), se reuniu com o relator da PEC, Plínio Valério (PS-DB-AM), e o autor, senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO).

A minuta apresentada pelo governo afirma que o BC "não se vincula aos sistemas da administração pública" e tem suas despesas custeadas por suas receitas

próprias, "nelas incluídas as rendas de seus ativos financeiros".

Um dos artigos da proposta autoriza o BC a incluir em seu próprio orçamento despesas de pessoal, investimento, funcionamento, meio circulante (fornecimento de dinheiro em espécie à população) e custeio do Proagro (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária) - programa de seguro rural que hoje é bancado com subsídio do governo federal.

Isso respeitando as diretrizes do CMN (Conselho Monetário Nacional) - colegiado formado pelos ministros da Fazenda (Fernando Haddad) e do Planejamento e Orçamento (Simone Tebet) e pelo presidente do BC.

Os gastos com pessoal e com o custeio do Proagro teriam limite estabelecido em lei complementar de iniciativa privada do Poder Executivo, segundo o documento.

A proposta do governo indica ainda que as despesas do orçamento da autoridade monetária não devem afetar nem a meta de resultado primário nem entrar na base de cálculo das despesas primárias relativas ao regime fiscal.

A minuta também autoriza a autoridade monetária a contratar seus funcionários sob o regi-

me CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), hoje o modelo é regido pelas normas do RJU (Regime Jurídico Único). O relator reclamou de não ter sido procurado pelo governo antes e disse que Wagner apresentou uma série de modificações. Valério também afirmou que não tinha dúvidas de que o debate seria "protelado".

"As ponderações, reivindicações, são muitas do governo. Algumas pertinentes. Outras nem tanto. Então, eu não posso pegar essas sugestões agora, horas antes da reunião, e acatar ou não acatar", disse Plínio. Wagner pediu o adiamento da discussão até o começo de agosto e negou que a intenção do governo seja procrastinar. O senador também afirmou que a reunião com o relator e o autor foi extremamente produtiva.

"Eu acredito que nós podemos evoluir. Acabei de conversar um pouco com o assessor do senador Vanderlan, que é do Banco Central, e eu não vou abrir mão da minha obsessão pela possibilidade de construirmos o maior consenso possível, nem sempre é 100%", disse.

Na véspera, Vanderlan conversou com o ministro da Fazenda e o secretário-executivo da



MARCELLO CASAL JR./EBC/JC

Proposta na CCJ do Senado foi adiada diante de incertezas sobre placar

pasta, Dario Durigan. Haddad tem afirmado publicamente que o governo não é contra a autonomia financeira do BC, mas sim contra a transformação da autoridade monetária em empresa pública, como prevê a emenda constitucional.

O Banco Central também discute com o relator e o autor da PEC um modelo jurídico inédito. Diretrizes gerais repassadas ao relator afirmam que a instituição seria organizada "sob a forma de corporação integrante do setor público financeiro que exerce atividade estatal". "O Banco Central é instituição de natureza especial, com

autonomia técnica, operacional, administrativa, orçamentária e financeira, organizada sob a forma de corporação integrante do setor público financeiro que exerce atividade estatal, dotada de poder de polícia, incluindo poderes de regulação, supervisão e resolução, na forma da lei", diz as linhas gerais em mãos do relator.

Governistas afirmam reservadamente que Campos Neto tenta imprimir uma marca de sua gestão com a aprovação da PEC e defendem que a discussão seja feita junto ao futuro presidente do BC, a ser indicado por Lula.

Appy defende trava para garantir alíquota de 26,5%

O secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, disse ver como positiva a inclusão feita pela Câmara dos Deputados de uma trava para garantir que a alíquota de referência dos tributos não ultrapasse o patamar de 26,5%. "Não está garantida (a aprovação da trava no Senado). Mas, pelo menos, é uma sinalização de que tem uma preocupação de que (a alíquota) fique dentro desse limite", disse.

Appy afirmou também que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deve discutir com o relator da reforma tributária no Senado, senador Eduardo Braga (MDB-AM), critérios mais específicos para garantir a redução da alíquota, caso necessário. Por outro lado, avaliou que não há problemas em manter uma redução mais genérica e deixar a decisão para 2031.

Segundo o secretário, a pasta ainda não calculou o impacto das mudanças aprovadas pela Câmara sobre a alíquota de referência. Mas ele confirmou a elevação de 0,53



ANA TERRA FIRMINO/JC

Relator deve discutir com Haddad novos critérios, diz Appy

ponto percentual com a inclusão das carnes na cesta básica desonerada. Ao mesmo tempo, Appy avaliou que as mudanças no Imposto Seletivo - o chamado "imposto do pecado", que incide em itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente - e no modelo de cobrança ajudarão a reduzir o impacto geral.

Sobre a inclusão das carnes na cesta básica desonerada, Appy

falou que a equipe econômica continuará tendo postura proativa para explicar aos senadores o impacto na alíquota de referência, mas reconheceu que a decisão final sobre o tema sempre caberá ao Legislativo.

Esse tema foi motivo de impasse no governo, já que a equipe econômica não era a favor da inclusão das carnes na cesta básica com alíquota zero, na contramão do que pleiteava o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O impacto sobre a alíquota de referência era também um dos motivos citados pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para justificar a posição contrária.

A decisão pela inclusão do item aconteceu nos instantes finais da votação. Segundo Lira, o que acabou por dar mais conforto à deliberação foi a trava para que essa alíquota não ultrapasse o teto de 26,5%. Isso significa que, se na implementação da reforma a cobrança for maior, o Executivo terá de enviar um projeto de lei complementar ao Congresso Nacional.

Governo Lula prevê economia de R\$ 6 bilhões com revisão no BPC

O governo federal prevê uma economia de cerca de R\$ 6 bilhões no ano que vem com a revisão do BPC (Benefício de Prestação Continuada), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda. Segundo dois técnicos consultados, a expectativa é poupar esse valor com medidas de revisão de cadastros, perícias de beneficiários há mais de quatro anos sem reavaliação e a revogação de normas que facilitam a concessão de novos benefícios.

Um terceiro integrante do governo afirma que a estimativa é conservadora e que os números efetivos alcançados pelo Executivo podem ser até maiores. Além do BPC, estão na mira do governo benefícios como aposentadorias por invalidez sem revisão há mais de dois anos e auxílios-doença sem reavaliação há mais de 12 meses. Junto com medidas já implementadas neste ano, a economia nessa frente deve ser de pouco mais de R\$ 8 bilhões.

A continuidade da revisão dos benefícios unipessoais do Bolsa Família, por sua vez, deve render mais R\$ 1,3 bilhão. A equipe econômica também vai fazer ajustes nas regras do Proagro, programa de seguro focado em pequenos e médios produtores.

Hoje, os bancos firmam novos contratos conforme a demanda e repassam ao governo federal a fatura a ser paga diante do acionamento do seguro. A equipe econômica, por sua vez, precisa honrar a despesa e fazer cortes em outros lugares, caso o valor supere o orçamento previsto. Segundo um técnico, a intenção do governo é imprimir no Proagro a lógica de uma despesa obrigatória com controle de fluxo: os contratos só poderão ser firmados se houver espaço no Orçamento para cobri-los, considerada a taxa de sinistros. Isso significa que as instituições financeiras terão de calibrar a assinatura de novas apólices até que haja uma negociação com o governo.